



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Informação Nº 52 - TRE/PRESI/DG/SGP/COEDE/SECAL

Senhora Coordenadora de Educação e Desenvolvimento,

Em resposta ao Memorando nº 14/2025 - TRE/PRESI/DG/SGP/COEDE/SECAL (ev. 0002383975) e ao Despacho nº 2123/2025 - TRE/PRESI/DG (ev. 0002436669) informamos a Vossa Senhoria a contratação da Empresa ONE CURSOS - Treinamento, Desenvolvimento e Capacitação LTDA., CNPJ: 06.012.731/0001-33, para a realização do **Curso: ASSESSORIA JURÍDICA NO AUXÍLIO AOS PROCESSOS DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - SOB A ÓTICA DA LEI 14.133/2021** - O papel do Assessor Jurídico nas Licitações e Contratos Públicos, contemplado no Programa Anual de Capacitação do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí para o ano de 2025 - PAC 2025 (SEI nº 0004508-64.2025.6.18.8000), Anexo II (cursos preferenciais) da Portaria nº 141/2025 (0002381326), a ser realizado na modalidade online ao vivo, com carga horária total de 24 (vinte e quatro) horas-aula, para 05 servidores da (ASSDG, AJURSAOF, CPL, COCONP), no período de 13/08/2025 a 15/08/2025.

A programação do curso e demais informações estão incluídas na proposta One cursos, documento SEI nº 0002431291.

Conforme proposta de preços constante do doc. SEI 0002431291, a despesa com a inscrição dos cinco servidores no curso será de **R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais)**.

A Portaria nº 141/2024 (0002381326), em seu anexo II, apresenta um valor estimado de **R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais)** para o enfrentamento das despesas referentes à aludida contratação.

Nesse contexto, cumpre ressaltar que o valor inicialmente previsto na Portaria nº 141/2025 (0002381326), em seu anexo II, **R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais)** é suficiente para facear a inscrição dos cinco servidores no **curso: ASSESSORIA JURÍDICA NO AUXÍLIO AOS PROCESSOS DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - SOB A ÓTICA DA LEI 14.133/2021** - O papel do Assessor Jurídico nas Licitações e Contratos Públicos.

Segue o resumo das informações sobre o evento:

NOME DO CURSO	Curso: ASSESSORIA JURÍDICA NO AUXÍLIO AOS PROCESSOS DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - SOB A ÓTICA DA LEI 14.133/2021 - O papel do Assessor Jurídico nas Licitações e Contratos Públicos
PERÍODO	13/08/2025 a 15/08/2025 - Horários: 8h30 às 12h30 e 14h às 18h.
LOCAL	Aula em ambiente virtual - 100% ao vivo.
CARGA HORÁRIA	24 h/a
EMPRESA	ONE CURSOS - Treinamento, Desenvolvimento e Capacitação LTDA.
CNPJ	06.012.731/0001-33
NÚMERO DE PARTICIPANTES	05 (cinco)
PÚBLICO ALVO	Servidores da ASSDG, AJURSAOF, CPL, COCONP
MODALIDADE	Online ao vivo
VALOR INSCRIÇÃO	R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais) - para 05 servidores.

À consideração, para os encaminhamentos devidos.

Ivo Farias Cavalcante

Técnico Judiciário – 125

TRE – PI/SGP/COEDE/SECADO/SECAL

ANEXO

PROJETO BÁSICO

OBJETO: Pagamento de 05 (cinco) inscrições no **Curso: ASSESSORIA JURÍDICA NO AUXÍLIO AOS PROCESSOS DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - SOB A ÓTICA DA LEI 14.133/2021** - O papel do Assessor Jurídico nas Licitações e Contratos Públicos

JUSTIFICATIVA:

O Curso destaca a importância das discussões técnicas do processo de licitação frente às exigências legais da Lei nº 14.133/21. Nesse contexto, torna-se relevante a presença do assessor jur interpretar as normas objetivando o êxito da contratação, desde a formalização do processo, até a sua execução contratual. A atuação do jurista é importante na realização das atividades públicas no respaldar os atos do gestor público, ao interpretar corretamente as normas jurídicas permitindo maior segurança jurídica aos atos administrativos. Assim, o curso busca trazer a amplitude das fases p frente aos desafios técnicos e sua adequação aos termos legais, indissociáveis da contratação.

ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO:

Pagamento de 05 (cinco) inscrições no **curso: ASSESSORIA JURÍDICA NO AUXÍLIO AOS PROCESSOS DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - SOB A ÓTICA DA LEI 14.133/2021** - O papel do Assessor Jurídico nas Licitações e Contratos Públicos

CARACTERÍSTICAS DO CURSO

Local e data da realização do curso:

Local: Online ao vivo

Período: 13/08/2025 a 15/08/2025 - Horários: 8h30 às 12h30 e 14h às 18h

Metodologia:

- Aulas expositivas com debate
- Análise de casos práticos
- Leituras e pesquisas complementares • Jurisprudência do TCU

O conteúdo programático abrangerá os temas a seguir listados:

I – PARTE 1 - O PAPEL DO ASSESSOR JURÍDICO NAS LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS: CONSIDERAÇÕES GERAIS 1. As assessorias e consultorias jurídicas dos órgãos públicos, empresas públicas, serviços sociais autônomos, conselhos profissionais entre outros, conforme competência regimental. 2. As assessorias jurídicas na área administrativa pelos comissionados ou terceirizados. 3. A função de assessorar às licitações e contratos frente a necessidade de regulamentação nos Estados e Municípios. 4. A natureza da função de assessor jurídico; o perfil profissional do “Assessor Jurídico” e a Incompatibilidade com outras funções. 5. O papel da Assessoria Jurídica do Controle Interno na análise processual. 6. A segregação de funções na Lei de Licitações e a Contratos e a cumulação de funções com a de Assessoria Jurídica. 7. Pareceres facultativos e opcionais. 8. A possibilidade de dispensa de análise prévia prevista na Lei 14.133/21.

II – PARTE 2 - INÍCIO DO PROCESSO - CONSIDERAÇÕES PRÁTICAS SOBRE OS ARTEFATOS DO PROCESSO 1. O Planejamento • O desafio institucional • Os instrumentos de Planejamento e o macroplanejamento 2. O Planejamento da contratação • O PCA - Plano de Contratação Anual • A produção dos artefatos e a definição do objeto e seus requisitos jurídicos (des) necessidade de auxílio jurídico 3. O Documento de formalização da demanda: onde tudo começa. • Os atores do planejamento da licitação e contratação e sua participação multissetorial • A formação do objeto e a participação do assessor jurídico na fase de planejamento x atos de gestão. • A formalização do processo na visão da área técnica demandante • Estrutura organizacional, e as competências administrativas e área jurídica 4. ETP/TR e PB: O que contratar e como contratar? análise técnica e jurídica. • A finalidade dos artefatos e os atores e o processo de contratação e a segregação das funções (administrativa e jurídica) – vedações. • Questões controversas na análise dos requisitos no ETP. • A justificativa da contratação jurídica. 5. Os Procedimentos licitatórios frente às regulamentações específicas de cada legislação (14.133/21 e 13.303/16) e a análise jurídica • Os artefatos processuais (elaboração e escolha do objeto: especificações, detalhamento do objeto (indicação de marcas, divisão do objeto., etc.) restrições de competitividade frente a avaliação da assessoria jurídica. • A Licitação, o edital na visão técnica e análise jurídica • Princípios, conceitos e definições: o que é importante discutir na fase de planejamento. • Legislação aplicável para licitações e contratos públicos: Lei de Licitações nº 14.133/21 e 13.303/16 • As regulamentações específicas em cada legislação. • A elaboração dos modelos de editais padronizados e a participação da área de controle interno. • A composição do preço e seus reflexos, análise prática e jurídica. • As modalidades de Licitação – questões técnicas e jurídicas • A exigências de habilitação nas licitações 14.133/21 e 13.303/16 • A Pesquisa de preços sob aspectos jurídicos • A escolha do critério de julgamento e o modelo da proposta frente a avaliação jurídica • As fases da Licitação (14.133/21 e 13.303/16) • A escolha do objeto: especificações, detalhamento do objeto (indicação de marcas, divisão do objeto., etc.) restrições de competitividade frente a avaliação da assessoria jurídica • A Licitação e da contratação; homologação e Adjudicação e seus reflexos contratuais). • O SRP – decisão de realização e os procedimentos e suas interpretações jurídicas. 6. O objeto de contratação pela Assessoria Jurídica - funções específicas • Fixar a interpretação das leis, dos regulamentos e demais instruções normativas da Instituição. • Examinar, prévia e conclusivamente os processos licitatórios antes da licitação e contratação, os textos de edital de licitação, como os dos respectivos contratos ou instrumentos congêneres, a serem publicados e celebrados; análise processual do reconhecimento da inexigibilidade, ou decidir a dispensa, de licitação. 7. Atuação e Linhas de defesa na Lei 14.133/21 • As linhas de defesa da lei 14.133/21 • Funções processuais : onde e como o Assessor jurídico atua? • Acompanhamento do processo nas fases de Planejamento, seleção e contratação. • A fase de seleção e o impacto do MS- Mandado de segurança: quem participa do processo? Gestor, pregoeiro, assessor? • Quem elabora as minutas-padrão? Quem elabora os editais elaborados com base nas minutas-padrão? • Quais as Responsabilidades do parecerista conforme entendimento do STF e TCU? • A seleção e a análise de Julgamentos e Recursos administrativos • Contratos: o que o Assessor pode resolver os riscos possíveis de solução durante a execução e Fiscalização dos contratos? 8. A Inexigibilidade e Dispensa de Licitação: a regra é a exceção nas Leis 14.133/21 e 13.303/16 – sem e diferenças. • A formalização do processo de inexigibilidade e DL: participação da assessoria jurídica. • Posicionamento diverso do gestor frente ao parecer jurídico: desdobramentos grosseiro e responsabilização dos agentes públicos 9. Os Contratos Administrativos sob a ótica da assessoria jurídica • As semelhanças e principais diferenças entre as Leis 14.133/21 e 13.303/16 • Considerações sobre os Contratos Administrativos e seus elementos essenciais. • Tipos de Contratos (Obras, Serviços, Compras) com objetos comuns e especiais. • As alterações contratuais e repercussões jurídicas. • A aplicação de penalidades – ato discricionário ou vinculado? Participação do assessoramento jurídico? • As extinções contratuais da Lei 14.133/21 tipos e repercussões • A não prorrogação contratual e suas consequências jurídicas. • Contratações emergenciais ou processos de reconhecimento de dívidas e o assessoramento jurídico gestão. • Gestão e fiscalização contratual e Pagamentos- situações peculiares e responsabilizações – avaliação jurídica e/ou controle interno.

III – PARTE 3 - CONSIDERAÇÕES GERAIS ACERCA DE TEMAS ESPECÍFICOS SOB AS VISÕES TÉCNICOADMINISTRATIVAS E JURÍDICAS. • ESG- A Sustentabilidade dimensões e as Licitações públicas: como e porque inserir nas contratações? • Os Contratos de Tecnologia da Informação: inovações tecnológicas e a análise jurídica. • Meios Alternativos de solução de controvérsias: novos caminhos. • Compliance e os programas de Integridade: o que cabe exigir e repercussões práticas. • Temas controversos nas licitações.

O que está incluso:

- Aulas em Ambiente Virtual - 100% Ao Vivo
- 2 dias de Replay após a sua Realização
- 10 dias de Fórum - Dúvidas com o Instrutor
- Certificado de Conclusão
- Apostila Digital

Valor do Investimento:

Preço Individual: R\$ 2.590,00

Três participantes do mesmo órgão (cada): R\$ 2.550,00

Quatro ou mais participantes do mesmo órgão (cada): R\$ 2.500,00

PÚBLICO ALVO:

O curso: **ASSESSORIA JURÍDICA NO AUXÍLIO AOS PROCESSOS DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - SOB A ÓTICA DA LEI 14.133/2021** destina aos Membros das Assessorias Jurídicas e Procuradorias, Auditorias e Controle Interno; Ordenadores de Despesa, Diretores; Técnicos; Fiscais de Contratos e demais servidores envolvidos direta ou indiretamente com as contratações de obras, bens e serviços.

FISCALIZAÇÃO:

A fiscalização do serviço referente ao curso em tela ficará a cargo da Assessora Jurídica da Diretoria Geral - ASSDG, mediante o atestado do serviço prestado em conformidade com a apresentada.

PAGAMENTO:

O pagamento será mediante depósito na conta bancária da contratada mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Assessora Jurídica da Diretoria Geral - ASSDG.



Documento assinado eletronicamente por **Ivo Farias Cavalcante, Técnico Judiciário**, em 30/06/2025, às 12:34, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pi.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0002446551** e o código CRC **B504588C**.

0004719-03.2025.6.18.8000

0002446551v6



--